

Resenha de: Ferreira, Marcos Alan S. V. 2016. *Combate ao Terrorismo na América do Sul: Uma análise comparada das políticas do Brasil e dos Estados Unidos para a Tríplice Fronteira*. Curitiba: Prismas

Rev. Bras. Est. Def. v. 5, nº 2, jul./dez. 2018, p. 193-195
DOI: 10.26792/RBED.v5n2.2018.72484
ISSN 2358-3932

FÁBIO RODRIGO FERREIRA NOBRE

Com um longo currículo voltado aos Estudos para a Paz, Violência e Religião e Relações Internacionais no Brasil, o professor Marcos Alan Ferreira, da Universidade Federal da Paraíba, apresenta, em seu livro, um apanhado fundamental para compreender a extensão do fenômeno mais emblemático das relações internacionais contemporâneas. *Combate ao Terrorismo na América do Sul: Uma análise comparada das políticas do Brasil e dos Estados Unidos para a Tríplice Fronteira* apresenta uma análise ampla da presença de elementos até então considerados distantes do subcontinente, como grupos terroristas, movimentos de contraterrorismo e uma emaranhada rede de atuação estatal, relacionada a tais dinâmicas, na Tríplice Fronteira.

O objetivo do livro reside em analisar como a Tríplice Fronteira é tratada pelo governo dos EUA, e como seus respectivos órgãos competentes lidam com uma possível ameaça a sua segurança, advinda da região, quais políticas são desenvolvidas nesse sentido, e como reage o Estado brasileiro. Tal objetivo surge da hipótese, desenvolvida com precisão adiante, de que a Tríplice Fronteira seria um abrigo frutífero às células de grupos desta natureza. Dessa forma, o livro é uma proposta de preencher a lacuna de análises sobre a temática que disponham de um rigor metodológico, uma vez que os apontamentos existentes sobre o terror na região consistem, principalmente, de fontes da imprensa, sem a precisão metodológica adequada para um tema tão delicado. Além disso, existe um esforço em atualizar a maior parte das discussões sobre a temática, uma vez que as produções relevantes, até o momento, esgotam-se ao fim do primeiro mandato de George W. Bush, negligenciando, dessa forma, boa parte da atuação estadunidense quanto a essa matéria, durante o segundo mandato do republicano, assim como todo o governo de Barack Obama.

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre – Professor da Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Membro da Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança.

O professor Marcos Alan dedica a primeira parte da sua obra a dissecar a política de segurança dos EUA após os ataques da Al-Qaeda em 2001, e o que chama de *arquitetura organizacional* do governo estadunidense. Essa análise parte de uma problemática comum a diversos debates das Relações Internacionais — a definição de terrorismo —, embora parta de uma compreensão estadunidense do conceito que, por sua vez, justificaria o direcionamento da atuação do país quanto à temática. Sua conclusão aponta para uma multiplicidade de conceitos, diferindo de acordo com a sua fonte de formulação, e entre as diferentes agências que tratam do tema, no governo americano, entre Casa Branca, Congresso, e os Departamentos de Defesa e Estado. Embora algumas similaridades entre os conceitos sejam identificadas — em especial, no que concerne à ilegitimidade do uso calculado da violência, ou sua ameaça — é a pluralidade de definições que estabelece uma dinâmica complexa e também uma diversidade de programas executados pelos Estados Unidos quanto ao terror. Uma análise da burocracia estadunidense quanto ao tema, sob a luz dos modelos *allisoniano* e *halperiano*, oferece o rigor metodológico necessário para tal conclusão. Em especial, compreendemos que o desenho institucional que pressupõe a atuação multiagência também implica em diferentes definições de terrorismo.

Uma vez entendida a subdivisão e complexidade da atuação contraterrorista dos Estados Unidos, o livro chega à segunda parte, de onde vem a contribuição mais valiosa da obra, uma longa discussão sobre a Tríplice Fronteira como *safe haven* para o terrorismo global. Compreender a afirmação, aparentemente chocante, de que o Cone Sul pode ser visualizado como palco de possíveis operações terroristas passa por uma discussão dessa terminologia, e é a isso que o professor Marcos Alan dedica boa parte do seu trabalho. Enquanto o termo costuma ser utilizado para definir áreas seguras para refugiados em conflitos armados, essa nova interpretação parte da leitura de diferentes relatórios e documentos dos órgãos estadunidenses envolvidos na luta contra o terrorismo. O *safe haven* — sempre grafado em itálico, para demonstrar a dificuldade de uma tradução precisa para o português, e a opção pelo termo original em inglês — pressuporia uma área não governada, ou malgovernada, fornecendo as condições para o desenvolvimento da atividade e, por conseguinte, foco de preocupação por parte dos EUA. Só a presença de uma área malgovernada, como o Afeganistão talibã, oferece as condições para a evolução do terrorismo a proporções como as vistas em 11 de setembro de 2001.

Com essa perspectiva, Ferreira se concentra nos elementos que decorrem do estabelecimento de um *safe haven*, como o estabelecimento de uma base de operações que permita captação de recursos e pessoas; uma rede de comunicações eficiente; espaço operacional para treinamento; acesso a ar-

mas; e uma rede logística que possibilite viagens, além de fluxo de dinheiro, armas e material. O conceito se assemelha, como apontado pelo autor, à definição de *black spots*, cunhada por Bartosz Stanislawski e compreendida como territórios que estão constantemente sob o controle de organizações criminosas ou terroristas e são fontes de problemas em longínquas partes do globo. Assim, apesar da preocupação com as vastas áreas com deficiente presença do governo, somadas à situação de miséria, colapso social e distúrbios diversos na região da Tríplice Fronteira, sua definição como um *safe haven* passaria pela constatação da ausência de governo, o que acontece, efetivamente, de acordo com alguns relatórios estadunidenses, frente à interpretação de sub-governabilidade na região. Tal definição, como esperado, gerou reações e críticas da diplomacia local, em especial da brasileira, quanto à parcialidade da definição e à imprecisão e vagueza em que ela resultava, para a elaboração de políticas de combate ao terror na região.

A segunda metade do livro, composta pela terceira e quarta parte, se propõe a compreender as relações e dinâmicas entre a atuação dos Estados Unidos e as reações brasileiras. Em especial, destaca-se o reforço do interesse americano em disponibilizar e manter presença militar na região, sob pretexto do acompanhamento e observação do *safe haven* — como quando do envio de 400 homens ao Paraguai, para operações conjuntas — e como esse aspecto vem recebendo críticas e reabrindo o debate sobre as intenções americanas para a América do Sul. Por outro lado, a reação da diplomacia brasileira ganha destaque ao fim do livro, que é enriquecido pela fala de oficiais das Forças Armadas e inteligência brasileira que, embora anônimos, contribuem sobremaneira para a compreensão do supracitado vazio de controle e governo na região, que permitiria o desenvolvimento do *safe haven*.

Em uma circunstância desconhecida e inesperada, o Cone Sul desponta como possível espaço de desenvolvimento da ação terrorista na América do Sul. O Brasil vem cooperando com os Estados Unidos, sem perder o foco para os reais interesses estadunidenses na região. O autor levanta ainda, à guisa de conclusão, o crescimento da importância dos fatores geopolíticos e de recursos naturais no debate contemporâneo das relações internacionais, elementos que precisam figurar como variáveis importantes na análise em questão.

